

ESPELHO, ESPELHO MEU: QUEM REPROVA MAIS QUE EU?

Rosimeri Meirelles dos Santos¹

RESUMO

Este artigo apresenta uma proposta inédita de coleta de dados acerca do desempenho da aprendizagem dos alunos em escolas bem como uma nova proposta de reflexão/ação sobre os resultados obtidos. O Programa de Gerenciamento do Desempenho (ESPELHO/PGD) criado para auxiliar a busca de melhorias na qualidade da educação num município gaúcho acabou se transformando numa ferramenta a ser utilizada por outros órgãos públicos ou privados na intenção de obter resultados fiéis em relação ao alcance dos objetivos propostos para o ano letivo, verificando falhas no processo de ensino e, permitindo interferências que possam minimizar o alto índice de reprovação dos alunos na escola. Numa analogia aos contos de fadas este artigo discute, com pensadores da educação dedicados aos processos avaliativos, as engraçadas e terríveis coincidências entre a ficção mais criativa e a prática mais insignificante que pode ser encontrada nas salas de aula promovendo a exclusão de alunos antes mesmo do final de um ano letivo. Pode-se rir, pode-se chorar, o que não podemos é ignorar. Era uma vez...

Palavras-chave: Avaliação da aprendizagem. Desempenho escolar. Gestão da educação.

RESUMEN

Este artículo presenta una propuesta sin precedentes para coleccionar datos sobre el rendimiento de aprendizaje de los estudiantes en las escuelas, así como una nueva propuesta para la discusión / acción sobre los resultados. El Programa de Gestión del Rendimiento (ESPEJO / PGD) diseñado para ayudar a la búsqueda de mejoras en la calidad de la educación en un municipio gaúcho terminó convirtiéndose en una herramienta para ser utilizada por otros organismos públicos o privados, en un intento de obtener resultados fieles en relación con el logro de los objetivos propuestos para el año lectivo, revisando las fallas en el proceso de enseñanza, y permitiendo interferencias que puedan reducir el alto índice de fracaso de los estudiantes en la escuela. En una analogía con los cuentos de hadas, este artículo discute con pensadores de la educación dedicados al proceso de evaluación, coincidencias divertidas y terribles entre la ficción más creativas y la práctica mas insignificante que se puede encontrar en los salones de clases, promoviendo la exclusión de estudiantes incluso antes de final del año escolar. Se puede reír se puede llorar, lo que no podemos es ignorar. Érase una vez...

Palabras clave: Evaluación del aprendizaje. Rendimiento escolar. Gestión de la educación.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil – RS; Mestranda em Educação pela Universidad Evangélica del Paraguay

1 INTRODUÇÃO

Quem nunca ouviu a bela história da Branca de Neve recheada de anões, com madrasta malvada, maçã envenenada e príncipe encantado? Ora, se tão facilmente podemos lembrar deste conto também não deve passar despercebido aquele que, na trama, tudo vê, tudo fala e tudo julga: O ESPELHO.

Apesar de sua desumanidade como objeto traz consigo para nosso cotidiano o que somos, aquilo que maquiemos, nos é indispensável porque precisamos nos encantar, desencantar, assustar ou ainda, mais poeticamente falando, voltar para outro tempo e lembrar como foi, pensando em como será.

O que aconteceria se esta impiedade justa do espelho refletisse os resultados da avaliação da aprendizagem dos alunos? Quem se atreveria a olhar? Quem conseguiria maquiar dados tão diretos e sem o menor pudor em apresentar o sucesso, o fracasso do professor? Sim, pois o aluno tem uma visão, muitas vezes distorcida, do que é e de onde pode chegar, mas o professor, através de suas lentes obsoletas não consegue perceber para além do seu trabalho, seu esforço e sua obrigação.

Numa disputa aguerrida, teríamos então, na frente do espelho, professores, gestores e dados em busca de explicações para aquilo que é: justificativas para o que não foi e vergonha diante do que poderiam ter feito e deixaram de fazer.

2 NEM DA ALICE, NEM DO NARCISO, DA AVALIAÇÃO EU PRECISO

Quantas vezes pensamos que os ca-

minhos do ensino podem ser mágicos? Transportar o aluno ao efetivo emprego da teoria à prática levando-o ao País das Maravilhas?

Contudo, nem mesmo os contos de fada podem ficar sem o apimentado poder do mal. Há sempre um vilão, ou como diria Drummond de Andrade (1928) “havia uma pedra no meio do caminho [...]”. Ou diríamos: tinha uma prova no meio do caminho?

Na escola temos muitos vilões se observado sob diferentes olhares. O aluno é um dos mais conhecidos nestas histórias que não nos deixa dormir. Pois o aluno é aquele que acaba com a aula do professor, é aquele que não se ajuda, não estuda, não se esforça, não, não e não! E o professor, coitado, na maioria das vezes, é aquele que sabe tanto da mesma coisa que já se esqueceu de que o mundo muda.

O professor pode ser um grande vilão, impiedoso, sem compaixão. Aquele que escreve provas impossíveis impede a participação do aluno e está sempre acompanhado do discurso de que “não sou eu quem precisa passar de ano!” como se passar fosse uma necessidade do corpo e não da alma, uma doença que leva, no mínimo, nove anos para dar alívio.

Fernandes (2007, p. 17) salienta muito bem que:

[...] quem avalia o avaliador, seja ele o professor, o coordenador, o diretor etc., deve realizar a tarefa com a legitimidade técnica que sua formação profissional lhe confere. Entretanto, o professor deve estabelecer e respeitar princípios e critérios refletidos coletivamente, referenciados no projeto político pedagógico, na proposta curricular e em suas convicções acerca do papel social que desempenha a educação escolar. Este é o lado da legitimação política do processo de avaliação e que envolve também o coletivo da escola.

Como almejar um aluno crítico, democrático, que tenha autonomia se o exemplo da prática escolar retrata o oposto? O professor, que não deveria ser o único a avaliar as aprendizagens do aluno esquece que precisa ser avaliado também. Deixa de desenvolver habilidades nos discentes como a autoavaliação e o próprio processo da heteroavaliação tão rico em sua essência, tão despercebido na sala de aula.

Os professores pouco sabem, verdadeiramente, avaliar a aprendizagem e o próprio ensino. Precisamos de competência para isto.

Uma breve analogia entre Alice no País do Espelho e os processos avaliati- vos, poderia ficar assim:

No início da história, Alice conversa com sua gatinha e explica como é a Casa do Espelho dizendo que se trata de um lugar do outro lado do espelho onde tudo era ao contrário. Pense sobre o quanto a escola pode se tornar contrária ao que prega, aos seus documentos, à própria filosofia da instituição.

Não obstante, encontramos projetos políticos pedagógicos ideais, repletos de boas intenções com propostas para uma avaliação de caráter formativo, ao longo do processo, resgatando falhas na relação ensino e aprendizagem, contudo na prática o que percebemos são alunos que reprovam ano após ano ou evadem da instituição, na maioria das vezes sem culpa, buscando maiores significados na escola da vida.

Continuando a história Alice entra no espelho e acaba parando num quarto parecido ao seu; sai da casa e avista um jardim. A menina tenta ir até o jardim, entretanto cada vez que se dirige à ele, acaba em frente à porta da casa num vai e vem interminável que a deixa confusa.

Como não remeter à escola este trecho da história? O aluno que busca uma saída e acaba sempre perdido, buscando ajuda pedagógica e sócio-afetiva. Os instrumentos da avaliação são padroniza-

dos, muitas vezes desconectados da realidade, a nota insuficiente e, é esta porta que se repete sendo o jardim o desejo de não fracassar “passando” de ano.

Para nosso espanto, imaginemos Alice encontrando a Rainha Vermelha que corrige a fala da menina a todo tempo deixando-a mais e mais conflituada e sem rumos.

O que falar daquele professor de- tentor exclusivo do poder de avaliar, ou melhor, medir, com grandes correções de caneta vermelha tentando escancarar para o aluno suas falhas. Avaliar não é somente medir e, para medir, também é necessário planejar, estipular critérios, estabelecer objetivos e não contabilizar pontos, “dar” nota e estruturar provas difíceis para ver até onde os alunos “prestam atenção” em suas aulas como bem esclarece Esteban (2002, p. 131):

Cada vez é mais comum na escola encontrar crianças que não aprendem. Alguns podem dizer que cada vez é mais comum encontrar professores que não ensinam. Mas o certo é que já estamos habituados a nos deparar, nas escolas públicas, com grande número de crianças que não sabem aquilo que a escola se propõe a ensinar.

Discorre-se sobre aprendizagens significativas, mas como bem afirma Esteban (2002) estamos habituados com os olhares de estranhamento que as crianças têm sobre a escola e seu currículo educacional.

Não precisamos utilizar o espelho para adentrar num mundo de contrariedades, nem devemos usar a imagem refletida como fonte de única certeza. Isto pode ser perigoso e mortal para qualquer aprendizagem. Narciso bem sabe disso. Tanto contemplou sua perfeição que morreu afogado no lago por causa de sua vaidade. Tão belo, tão só, que dó. E o professor, muito estudado, achando que tudo está perfeito em sua sala de aula, esquece do outro, do aluno, do co-

lega, esquece que lidamos com pessoas, que não vivemos numa ilha e, que portanto, precisamos esquecer a vaidade de nosso conhecimento para aprender com aqueles que representam o lago de narcoles, sua profundidade e sabedoria.

Continua Esteban (2002) refletindo sobre as mudanças e reformulação na estrutura e no sentido da educação pontuando quão tenso está este processo. Ainda dialogando com a autora, como poderíamos buscar entendimento sobre este paradoxo? Sabemos que a escola é um lugar responsável pelo desenvolvimento dos sujeitos oportunizando a educação e a socialização dos mesmos. Escola em crise! Processos educacionais em crise! O que fazer?

3 AVALIAR: O QUÊ? PARA QUÊ? PARA QUEM?

Era uma vez...

Uma rainha que vivia em um grande castelo.

Ela tinha uma varinha que fazia as pessoas bonitas ou feias, alegres ou tristes, vitoriosas ou fracassadas. Como todas as rainhas, ela também tinha um espelho mágico.

Um dia, querendo avaliar sua beleza, ela perguntou ao espelho:

— Espelho, espelho meu, existe alguém mais bonita do que eu? O

espelho olhou bem para ela e respondeu:

— Minha rainha, os tempos estão mudados. Esta não é uma resposta assim tão simples. Hoje em dia, para responder a sua pergunta eu preciso de alguns elementos mais claros.

Atônita, a rainha não sabia o que dizer. Só lhe ocorreu perguntar:

— Como assim?

— Veja bem, respondeu o espelho.

— Em primeiro lugar, preciso saber por que Vossa Majestade fez essa pergunta, ou seja, o que pretende fazer com minha resposta. Pretende apenas levantar dados sobre o seu ibope no castelo? Pretende examinar

seu nível de beleza, comparando-o com o de outras pessoas, ou sua avaliação visa ao desenvolvimento de sua própria beleza, sem nenhum critério externo? É uma avaliação considerando a norma ou critérios predeterminados? De toda forma, é preciso, ainda, que Vossa Majestade me diga se pretende fazer uma classificação dos resultados.

E continuou o espelho:

— Além disso, eu preciso que Vossa Majestade me defina com que bases devo fazer essa avaliação. Devo considerar o peso, a altura, a cor dos olhos, o conjunto? Quem devo consultar para fazer essa análise? Por exemplo: se consultar somente os moradores do castelo, vou ter uma resposta; por outro lado, se utilizar parâmetros nacionais, poderei ter outra resposta. Entre a turma da copa ou mesmo entre os anões, a Branca de Neve ganha estourado. Mas, se perguntar aos seus conselheiros, acho que minha rainha terá o primeiro lugar.

Depois, ainda tem o seguinte — continuou o espelho: — Como vou fazer essa avaliação? Devo utilizar análises continuadas? Posso utilizar alguma prova para verificar o grau dessa beleza? Utilizo a observação?

— Finalmente, concluiu o espelho,

— Será que estou sendo justo?

Tantos são os pontos a considerar [...] (PATTON, 1997).

A divertida história brilhantemente descreve a importância do ato de avaliar e a complexidade do mesmo. Quiséríamos que os professores tivessem a preocupação que o espelho demonstra ao ser questionado pela rainha. Não é uma questão de preciosismo, mas de justiça, de verdade. Será que somos justos e coerentes na avaliação que fazemos de nossas crianças?

A avaliação se faz presente em todos os domínios da atividade humana. O “julgar”, o “comparar”, isto é, “o avaliar” faz parte de nosso cotidiano, seja através das reflexões informais que orientam as frequentes opções do dia-a-dia ou, formalmente, através da

reflexão organizada e sistemática que define a tomada de decisões (DALBEN, 2005, p. 66 apud CHUEIRI, 2008).

Para além da justiça, será que estamos sendo éticos na avaliação das aprendizagens de nossos alunos?

Luckesi (2006; 2011) questiona os docentes sobre seus instrumentos de coleta de dados e os faz pensar se os mesmos servem para detectar a aprendizagem do aluno ou servem para ver se a criança tem capacidade de desvendar enigmas?

Parece insano, mas a falta de ética no ambiente escolar é algo grave devido ao fato de estarmos tratando de um lugar de alta importância na formação do ser social.

A pergunta da rainha ao espelho na pequena história contada e a postura dele ao solicitar critérios, estabelecer padrões, afirmando que eram tantos os pontos a considerar pode ser comparada ao professor que, segundo Luckesi (2006; 2011) para muitos alunos o difícil não é realizar as tarefas dadas pelo professor, mas compreender o que ele deseja tendo em vista a falta de justiça na construção de uma atividade a ser usada para compor a avaliação da aprendizagem discente.

De forma magistral, o autor ainda contribui dizendo que a ética na avaliação do desempenho dos alunos nada tem a ver com uma verdade absoluta, mas com uma verdade nas relações estabelecidas entre professor e aluno e o professor para com a sua prática, pois o autor acredita que não agimos intencionalmente para prejudicar o aluno, contudo agimos assim porque há muito tempo as coisas são como são. A atividade pedagógica não precisa de enganos, armadilhas. Precisamos sim quebrar paradigmas que nos aprisionam num mundo sem a luz da real potencialidade do trabalho colaborativo. Melchior (1994, p. 54) enriquece esta reflexão ao manifestar que:

Qualquer ação, em qualquer circunstância, exige, por parte daquele que a executa, saber o que é aquela ação e por que executa. Ora, se o professor não tem clareza em relação a “o que avaliar?” e “por que avaliar?”, o “como avaliar?” certamente será prejudicado.

Em Alvorada, existe um espelho, plano, que reflete a verdade dos resultados impulsionando-nos para, além de uma simples contemplação, na direção de uma profunda reflexão coletiva e individual sobre a educação das crianças e jovens.

Trata-se de um espelho que abre meios de enxergar para além de nossas costas como se fosse um retrovisor de carro alertando sobre os resultados ocorridos e que, lamentavelmente, passam despercebidos.

Em Alvorada, desenvolveu-se um ESPELHO para desmascarar dados, elucidar imagens distorcidas e dar a possibilidade de achar caminhos para resgatar as aprendizagens dos alunos.

4 ERA UMA VEZ... COMO TUDO COMEÇOU...

A LDB nº 9394/96, em seu artigo 11º, apresenta a incumbência dos municípios em relação à educação, sendo uma delas “IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino”.

Desta forma, cabe à Secretaria Municipal de Educação (SMED), como Mantenedora, supervisionar e assegurar que a legislação seja cumprida. A mesma Lei também orienta em seus artigos 12 e 13, a incumbência dos estabelecimentos de ensino e dos docentes. Chamamos a atenção para os seguintes:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: [...] IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; V - prover meios para

a recuperação dos alunos de menor rendimento;

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de: [...] III - zelar pela aprendizagem dos alunos; IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

Levando em consideração a legislação no que diz respeito à incumbência do Município, os índices de reprovação e abandono apresentados pelo município de Alvorada/RS-Brasil revelam um grande desafio para gestores(as) e educadores(as) que se preocupam realmente com a Educação.

Álvarez Mendez (2002, p. 57) nos leva a refletir sobre avaliação quando diz que:

Falamos de avaliação do ensino, que é a avaliação do professor, e falamos de avaliação da aprendizagem, que é a avaliação do aluno. Porém as consequências que se originam em um caso e em outro são muito distintas e de alcance muito desigual. São tomadas medidas em relação ao aluno que, em alguns casos, afetam e incidem decididamente na vida dos sujeitos; da avaliação do ensino simplesmente se fala.

Mas como intervir nessa realidade de forma efetiva, sendo que o município atende em torno de vinte mil alunos do Ensino Fundamental I e II e os dados coletados apenas fornecem a informações de cada escola sobre a reprovação e abandono por série no final do ano letivo? De que forma a Secretaria Municipal de Educação (SMED) poderá subsidiar os educadores se os índices apresentam apenas informações gerais por ano/série e são apenas resultados finais, onde não acontecerá nenhuma intervenção?

Foi pensando em uma resposta para essas indagações que no ano de 2009

buscou-se coletar dados mais precisos das 27 escolas que fazem parte da Rede Municipal de Ensino. Por fazer parte do setor pedagógico da SMED e realizar assessoria às escolas do município, se firmou parceria com os demais assessores pedagógicos.

Inicialmente, foi solicitado às escolas que enviassem para a SMED informações referentes ao desempenho dos alunos desde o primeiro trimestre, levando em consideração o ano/série, a turma, e as disciplinas no caso do Ensino Fundamental II. A orientação para as escolas foi repassada pelos assessores aos gestores das mesmas (diretores e vice-diretores), sendo que, para as escolas que não trabalhassem com nota e/ou reprovação (anos iniciais e escolas cicladadas), se pensasse os alunos em relação a terem atingido ou não os objetivos do trimestre.

Infelizmente, apenas quatro escolas repassaram as informações e as mesmas não puderam ser tabuladas, pois não apresentavam os mesmos critérios. Essa situação não foi interrompida pois os índices não indicavam ainda melhorias.

No ano de 2010, foi elaborada uma ficha informativa de desempenho (FID) para coletar os dados por turma em cada escola e levada para apreciação da Diretora Geral do Setor Pedagógico e da Secretária de Educação, pois as informações seriam úteis à SMED. Com a autorização da Secretária, foi solicitado uma reunião com os gestores das escolas para orientar os professores quanto ao preenchimento da FID e os prazos para a devolução da mesma.

Durante a reunião com o corpo docente, foi apresentada a FID, com as devidas orientações para preenchimento bem como o objetivo que se pretendia, qual seja, o de verificar os índices apresentados em cada série/ano e respectivamente em cada disciplina para que pudessemos buscar alternativas junto aos gestores e educadores(as).

Álvarez Méndez (2002, p.6) contribui

com estas reflexões quando afirma:

Por meio da avaliação, queremos conhecer a qualidade dos processos e dos resultados. E, em educação, queremos conhecer para valorizar os processos que produzem certos resultados e intervir a tempo, se necessário, com a sincera intenção de assegurar o êxito dos que participam do mesmo processo educativo – decisão que brota da própria atividade avaliadora. Este deverá ser o sentido da avaliação formativa, que também será necessariamente contínua e pessoal.

Nesse sentido, acreditamos estar contribuindo para o conhecimento, reflexão e tomada de decisões frente à realidade das escolas, divulgando os resultados para a equipe pedagógica e juntos intervir, em tempo hábil, promovendo a tão desejada educação de qualidade.

A expectativa foi grande até a entrega das fichas. Os resultados maiores ainda, pois no período solicitado, começaram a chegar as respostas com uma riqueza de informações que até então não se tinha acesso. Os dados eram assustadores. E agora? O que fazer com todas essas informações? De que forma poderia ser feita a intervenção em busca de melhores resultados? Dessa vez não poderíamos ouvir as mesmas desculpas dizendo que era uma avaliação externa (Prova Brasil) e fora da realidade, pois eram apenas informações repassadas pelos professores que avaliaram seus alunos de acordo com as suas concepções. Era a imagem real das 27 escolas do município, sem distorções, apenas o resultado daquilo que havia sido realizado na escola e repassado a SMED.

Com todas as informações, foi possível organizar os dados em forma de gráficos por série/ano, turma, disciplina e escolas. A realidade foi cruel, turmas quase inteiras dizimadas por uma avaliação classificatória e excludente. Será que enviar para a escola o resultado em forma de gráficos para que fosse discutido no grupo de professores teria algum

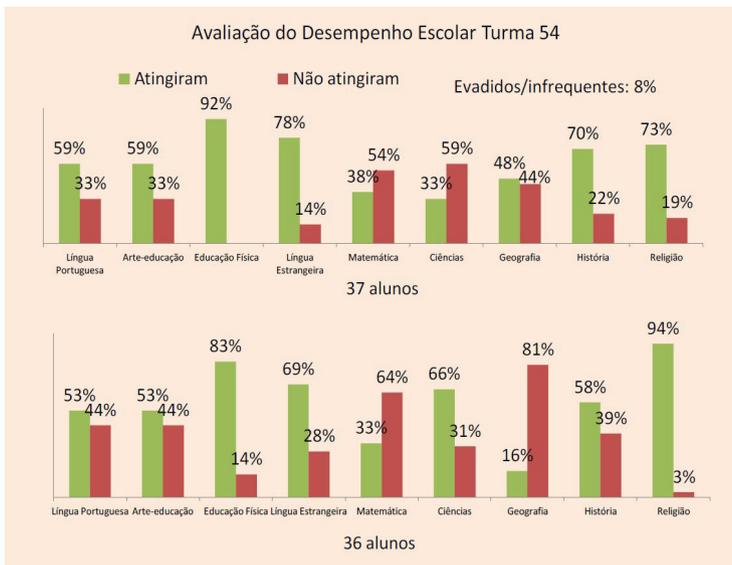
efeito?

Com o intuito de analisar e refletir sobre essa dura realidade tomamos a decisão de levar esses resultados até a escola para serem discutidos nas reuniões pedagógicas. Com o auxílio dos assessores pedagógicos, a discussão chegou às escolas. Como já era esperado, as reações foram as mais diversas possíveis dentro do mesmo espaço escolar.

Quando os professores começaram a ver as imagens dos gráficos, demonstraram, através de suas falas, o quanto desconheciam a sua própria realidade. Alguns se sentiram ofendidos e humilhados, dizendo que estavam sendo expostos, outros culpavam os alunos, a família e a SMED. Foram poucos que no primeiro momento conseguiram se perceber com parte do processo e, portanto, também responsáveis pelos resultados.

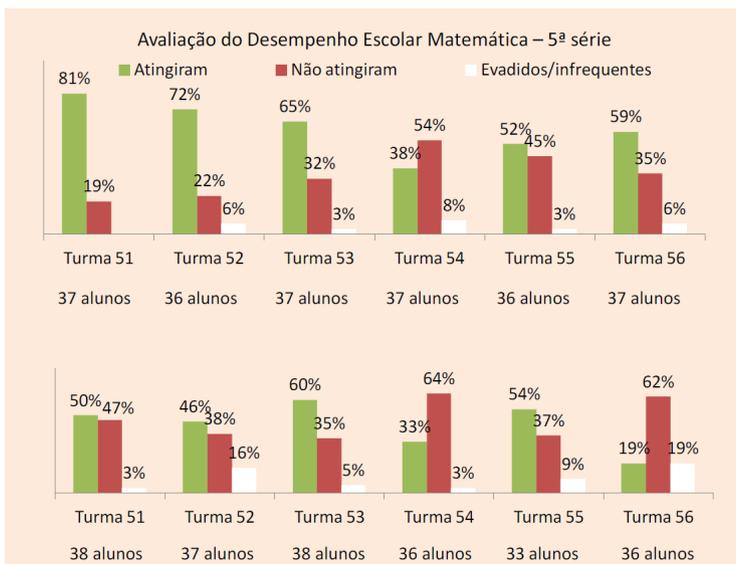
Vejamos dois gráficos apresentados na escola Y após o término do 2º trimestre de 2010.

Gráfico 1 - Comparativo do desempenho da Turma 54 em todas as disciplinas



Fonte: Pesquisa dos autores

Gráfico 2 - Comparativo do desempenho das 5ª séries em matemática



Fonte: Pesquisa dos autores

Nem sempre refletimos sobre as nossas ações e sobre o efeito das mesmas no cotidiano da prática educativa, como possibilitou esse trabalho. Nesta direção, Fernandes (2007, p. 19) faz o seguinte questionamento:

Até que ponto, nós, professores, refletimos sobre nossas ações cotidianas na escola, nossas práticas em sala de aula, sobre a linguagem que utilizamos, sobre aquilo que pré-julgamos ou outras situações do cotidiano? Muitas vezes, nosso discurso expressa aquilo que entendemos como adequado em educação e aquilo que almejamos. Isso tem seu mérito! Contudo, nossas práticas, imbuídas de concepções, representações e sentidos, ou seja, repletas de ações que fazem parte de nossa cultura, de nossas crenças, expressam um “certo modo” de ver o mundo.

As discussões foram encaminhadas para que o grupo buscasse alternativas para transformar aquela realidade. Refletindo sobre seus erros, acertos e possibilidades. Alguns professores e gestores se dedicaram ao trabalho visando encontrar soluções pedagógicas que dessem conta desse triste quadro, outros, infelizmente, não deram a mesma importância.

Durante o ano de 2010, foi realizado este trabalho nos dois primeiros trimestres. No último trimestre não houve discussão. No ano de 2011 repetiu-se o mesmo processo, porém os dados não fizeram parte da discussão devido à falta de profissionais do setor pedagógico. Para o ano de 2012 a planilha sofreu algumas modificações facilitando tanto para quem a preenche na escola, quanto para a organização e análise dos dados. A pretensão é dar continuidade a este trabalho e disponibilizar as informações à SMED para que a mesma possa contribuir com as escolas visando à qualidade da educação no município de Alvorada.

Deste percurso nasceu o Programa de Gerenciamento do Desempenho dos alunos na escola (ESPELHO/PGD) e a sua aplicabilidade deverá respeitar critérios

legais de implementação. As pesquisadoras almejam desenvolver este programa em demais localidades do Brasil auxiliando órgãos públicos e/ou privados no controle da qualidade de ensino e da aprendizagem propondo estratégias que busquem amenizar os problemas e avançar nas metas estipuladas no Plano Nacional de Educação.

5 CONCLUSÃO

O Programa de Gerenciamento do Desempenho dos Alunos na escola (ESPELHO/PGD), como uma novidade indispensável aos órgãos educacionais, têm a tarefa primeira de acompanhar o desempenho dos alunos na rede de ensino de forma a promover discussões e fomentar iniciativas de apoio, suporte financeiro, pedagógico e humano para desenvolver e alcançar melhorias significativas na qualidade tanto do ensino quanto da aprendizagem.

Este programa traz à tona resultados reais, criando um perfil de cada escola, cada turma de alunos e de cada professor no que tange o desempenho das crianças e jovens. O enfrentamento por todos os atores envolvidos no processo educacional, através do ESPELHO, faz com que haja uma postura de tomada de decisão colaborativa onde o maior objetivo não é mapear os culpados, mas o encontro de heróis para fazer a diferença no cenário educacional do Município de Alvorada. Novas histórias, novos contos, com final feliz.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ MÉNDEZ, J. M. Avaliar para conhecer, examinar para excluir. Porto Alegre: Artmed, 2002.....BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.CHUEIRI, M. S. F. Concepções sobre a Avaliação Escolar. Associação Brasileira de Avaliação Educacional – ABAAVE. Estudos em Avaliação Educacional, v. 19, n. 39, jan./abr. 2008.DRUMMOND, C. de A. No meio do caminho. Revista de Antropofagia, 1928.....ESTEBAN, M. T. A avaliação no processo ensino/aprendizagem: os desafios postos pelas múltiplas faces do cotidiano. Revista Brasileira de Educação, n. 19, jan./abr. 2002.....FERNANDES, C. de O. Indagações sobre currículo: currículo e avaliação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.....

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem e ética. Revista ABC EDUCATIO, n. 54, p. 20-21, mar. 2006.

..... Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011. M E L - CHIOR, Maria Celina. Avaliação pedagógica: função e necessidade. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

PATTON, Michael Quinn. Avaliar: o quê? para quê? para quem? 1997. Disponível em: <<http://www.nosso-cotidiano.com.br/2010/09/avaliar-o-que-para-que-para-quem.html>>. Acesso em: 20 jan. 2012.